



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0000163-78.2024.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL

ASSUNTO: Pregão Eletrônico – Formação de registro de preços - Eventual aquisição de material de consumo farmacológico.

DESPACHO Nº 586 / 2024 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Seção de Assistência Médica e Social - SAMES, visando à formação de registro de preços para eventual aquisição de material de consumo farmacológico, para suprir as necessidades deste Tribunal ([1108307](#)).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral para análise final do processo licitatório, com vistas à homologação do Pregão Eletrônico n. 90003/2024 ([1153146](#)), conforme documentos comprobatórios da divulgação juntados no evento ([1154079](#)). Não houve impugnação ao edital ou pedido de esclarecimento.

Para instrução do processo, o pregoeiro trouxe os seguintes documentos: a) extrato de propostas ComprasGov ([1159316](#)); b) manifestação da SAMES pelo recebimento das propostas das primeiras colocadas ([1159643](#)); c) documentos de habilitação das licitantes EREFARMA PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - CNPJ n. 15.439.366/0001-39 ([1159679](#)), DROGARIA DIA A DIA LTDA - CNPJ n. 39.150.541/0001-31 ([1159680](#)) e FG COMERCIO FARMACEUTICO LTDA - CNPJ n. 50.604.683/0001-64 ([1159682](#)); d) manifestação da SAMES acerca da apresentação de Autorização de Funcionamento - AFE por todas as licitantes classificadas ([1159702](#)); e) termo de julgamento do pregão ([1160095](#)). Por fim, junto o Relatório n. 16/2024 - PRES/DG/SAOFC/ASLIC ([1159940](#)), expondo as principais ocorrências do certame.

Cumpridas as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou habilitadas as seguintes licitantes:

ITEM	OBJETO	MARCA/MODELO	QTD	PREÇO UNIT	TOTAL
FG COMERCIO FARMACEUTICO LTDA - CNPJ 50.604.683/0001-64					1.821,15
01	Sulfadiazina	GEOLAB	20	11,26	225,20
02	Clotrimazol	LEGRAND	15	7,00	105,00
03	Acetilcisteína	GEOLAB	20	8,68	173,60

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

17	Cefalexina	TEUTO	300	1,74	522,00
35	Diosmina/hesperidina	CIMED	900	0,84	756,00
41	Losartana	TEUTO	360	0,1093	39,35
DROGARIA DIA A DIA LTDA - CNPJ 39.150.541/0001-31					5.516,30
07	Ácido Ascórbico	GEOLAB	200	1,08	216,00
10	Escina	REPARIL GEL 30G	50	33,45	1.672,50
11	Simeticona	MEDQUIMICA	300	0,28	84,00
13	Desonida	NEO QUIMICA	50	10,00	500,00
25	Secnidazol	PHARLAB	200	2,23	446,00
26	Ivermectina	GERMED	400	1,69	676,00
27	Nitazoxamida	GERMED	300	3,63	1.089,00
28	Paracetamol/clorfeniramina	BRASTERAPICA GRIPALCE	400	0,51	204,00
29	Benzocaína/cetilpiridínio	NEOQUIMICA NEOPIRIDIN	120	0,74	88,80
31	Dipirona/orfenadrina	PHARMASCIENCE DORTIRRELAX	200	0,30	60,00
32	Dexpantenol	CIMED	20	9,00	180,00
33	Protetor solar FPS 60	AUSTRALIANGOLD	10	30,00	300,00
EREFARMA PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - CNPJ 15.439.366/0001-39					11.176,07
04	Nimesulida	GLOBO	1.200	0,2686	322,32
05	Dipirona 500mg	GREENPHARMA	1.000	0,25	250,00
06	Dipirona 1g	VITAMEDIC	1.000	0,70	696,40
08	Colecalciferol	NEO QUIMICA BRAINFARMA	120	2,338	280,56
09	Complexo B	GLOBO	2.500	0,13	325,00
12	Loratadina	VITAMEDIC	600	0,2388	143,28
14	Cloridrato de Ciprofloxacino	NEO QUIMICA BRAINFARMA	420	0,9452	396,98
15	Valeriana Officinalis	NATULAB	300	0,31	93,00
19	Cloridrato de Ciclobenzaprina	GLOBO	1.500	0,2786	417,90
21	Ácido Mefenâmico	LEGRAND EMS	1.200	0,49	588,00
22	Cloreto de Sódio	NEO QUIMICA BRAINFARMA	50	7,11	355,50

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

24	Albendazol	GEOLAB	3.000	1,60	4.800,00
30	Colágeno tipo II	EUROFARMA	600	1,78	1.068,00
39	Biotina	KATIGUA	600	0,66	396,00
40	Captopril	TEUTO	360	0,11	39,60
42	Fluconazol	GLOBO	250	1,5421	385,53
43	Carmelose	LEBON	30	20,60	618,00

VALOR TOTAL ACEITO E HABILITADO	18.513,52
--	------------------

Os itens 16, 18, 20, 23, 34, 36 a 38 e 44 foram considerados desertos. Não houve registro de intenção de recurso.

O Pregoeiro registrou o impedimento indireto do licitante EREFARMA PRODUTOS PARA SAUDE LTDA. Após tecer algumas considerações sobre essa penalidade, concluiu que não vislumbrava irregularidade, podendo os itens serem adjudicados à empresa.

Instada, a Assessoria Jurídica da SAOFC opinou pela possibilidade da manutenção do resultado do certame nos termos definidos pelo Pregoeiro; pela adjudicação às licitantes vencedoras dos itens, na forma registrada no Termo de Julgamento ([1160095](#)); pela homologação do certame pela autoridade competente, nos exatos contornos do Termo de Julgamento ([1160095](#)), com fundamento no art. 71, inciso IV, da Lei n. 14.133/2021; pela possibilidade jurídica de a Administração optar pela contratação direta dos itens desertos, com base no art. 75, inciso I, "a", da Lei n. 14.133/2021; pela atualização das regras dos editais de licitação e dos avisos de dispensa eletrônica deste Tribunal com as novas disposições do art. 14 da Lei n. 14.133/2021 acerca do impedimento indireto ([1160394](#)).

Vieram os autos para análise final do processo licitatório, com vistas à homologação do pregão eletrônico.

Analisando os autos, verifica-se que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia, probidade e obediência ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Desse modo, mesmo com alguns itens desertos, conclui-se a licitação que transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados no Termo de Julgamento ([1160095](#)).

Nessa linha de reflexão, evidencia-se que foram atendidas as diretrizes da Lei n. 14.133/2021, não sendo observada qualquer irregularidade capaz



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

Como relatado, o pregoeiro noticiou que a empresa EREFARMA PRODUTOS PARA SAUDE LTDA, CNPJ n. 15.439.366/0001-39, vencedora dos itens 1, 2, 3, 17, 35 e 41 do certame, no valor total de R\$ 1.821,15 (um mil oitocentos e vinte e um reais e quinze centavos), registra provável ocorrência impeditiva indireta de fornecedor no SICAF. Isso porque, segundo informa, a proprietária dessa empresa é cônjuge de empresário titular da empresa APOTEK COMERCIAL LTDA, CNPJ n. 03.362.758/0001-68, a qual se encontra inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública (art. 87, inciso IV, da Lei n. 8.666/93).

Nesse caso, trata-se de impedimento indireto ocorrido em função do vínculo de parentesco entre a titular da empresa que participa do pregão eletrônico e que foi vencedora de alguns itens do certame. Como pontuado pela AJSAOFC, trata-se do primeiro caso de impedimento indireto efetivo noticiado no TRE-RO no regime da Lei n. 14.133/2021, diploma legal que traz dispositivo expresse sobre o tema, o que não ocorria na Lei n. 8.666/93.

Cabe registrar que no Pregão Eletrônico n. 17/2021, PSEI n. [0000588-13.2021.6.22.8000](#), ocorreu alerta sistêmico sobre eventual ocorrência impeditiva indireta da empresa EREFARMA PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI, por idêntico motivo. Na ocasião, esta Diretoria-Geral deixou de promover a desconsideração da personalidade jurídica da empresa, ante a ausência de indícios concretos de fraude, e, assim, homologou o referido pregão eletrônico, nos termos do Despacho n. 1468/2021 ([0754337](#)).

Sobre o tema, a Lei n. 14.133/2021, assim versa:

Art. 14. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

(...)

III - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

(...)

§ 1º O impedimento de que trata o inciso III do caput deste artigo será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

Art. 160. A personalidade jurídica **poderá ser desconsiderada** sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, **observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.**

O impedimento indireto está também previsto no artigo 29 da Instrução Normativa SEGES n. 03/2018, a qual estabelece as regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF. Veja-se:

Art. 29. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor deverá diligenciar para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

§ 1º A tentativa de burla pode ser verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

§ 2º É necessária a convocação do fornecedor para manifestação previamente à sua desclassificação.

§ 3º O disposto neste artigo deve ser observado quando da emissão de nota de empenho, contratação e pagamento, previstos nos arts. 28 e 29.

Com base nisso, conclui-se que as licitantes com registro de ocorrência impeditiva indireta poderão ser contratadas, até mesmo porque a ferramenta não tem o objetivo de obstaculizar as contratações públicas, mas sim de alertar a Administração para que essa seja capaz de averiguar com precaução as circunstâncias, os fatos concretos e os indícios de que houve a criação ou uso de pessoa jurídica puramente com intuito de possibilitar a burla aos efeitos da sanção aplicada anteriormente a outra empresa.

No caso em tela, a situação jurídica demonstrada pelos documentos que vieram ao processo produz consequências no certame licitatório. Tais repercussões, contudo, não são imediatas a ponto de eliminar, de plano, o impedido indiretamente do certame. Todavia, requer uma ação diligente daqueles que presidem as competições públicas para que se dê cumprimento às normas que regulam o instituto do impedimento indireto, uma vez que a constatação do impedimento indireto no decorrer no certame determina que a Administração ouça o licitante para que se manifeste sobre a ocorrência, no sentido de averiguar se a empresa foi constituída apenas para burlar os efeitos sancionatórios a outra aplicada.

Ocorre que esse procedimento não foi adotado, até porque o edital do certame não estabeleceu qualquer regra sobre tal diligência. Aliado ao fato da ausência de regulação do procedimento no edital, tem-se ainda o fato de que o valor do itens, nos quais a licitante pretensamente impedida de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

forma indireta sagrou-se vencedora, é extremamente baixo, total de R\$ 1.821,15 (um mil oitocentos e vinte e um reais e quinze centavos).

No caso ventilado, extrai-se que a abertura da empresa EREFARMA PRODUTOS PARA SAUDE LTDA se deu em 26/04/2012, antes da aplicação da suspensão de licitar à empresa APOTEK COMERCIAL LTDA, o que ocorreu em 13/11/2012. Além disso, a senhora Camile Rorig Follador possui participação societária de 100% das ações da empresa EREFARMA PRODUTOS PARA SAUDE LTDA.

Dessa forma, entende-se não haver elementos suficientes para configurar possível tentativa de burla à penalidade de declaração de inidoneidade aplicada a empresa APOTEK COMERCIAL LTDA por intermédio da constituição da licitante citada. Assim, não há indícios concretos de fraude capaz de promover a desconsideração da personalidade jurídica da empresa licitante, nem, consequentemente, de obstar o andamento regular do certame em análise.

Há ainda que se considerar que, sem desprezar o princípio da efetividade das sanções, a volta de fase do Pregão para apuração do ato teria de concreto o eventual prejuízo a esta Administração, porque ainda necessita de apuração efetiva dos fatos, o desfazimento de uma venda pública de R\$ 1.821,15 (um mil oitocentos e vinte e um reais e quinze centavos), valor que não cobre sequer mais um dia de atraso no fornecimento dos produtos e que, portanto, não justifica a movimentação da pesada máquina pública.

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria TRE-RO n. 66/2018:

a) **ADJUDICO** o objeto às licitantes vencedoras dos itens, na forma registrada no Termo de Julgamento ([1160095](#)), já que demonstraram condições para contratação com o setor público e são detentoras das melhores propostas:

i. EREFARMA PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - CNPJ n. 15.439.366/0001-39:

Itens 1, 2, 3, 17, 35 e 41, no valor TOTAL DE de R\$ 1.821,15 (um mil oitocentos e vinte e um reais e quinze centavos).

ii. DROGARIA DIA A DIA LTDA - CNPJ n. 39.150.541/0001-31:

Itens 7, 10, 11, 13, 25 a 29, 31 a 33, no valor total de de R\$ 5.516,30 (cinco mil quinhentos e dezesseis reais e trinta centavos);

iii. FG COMERCIO FARMACEUTICO LTDA - CNPJ n. 50.604.683/0001-64:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Itens 4 a 6, 8 e 9, 12, 14 e 15, 19, 21 e 22, 24, 30, 39, 40, 42 e 43, no valor de R\$ 11.176,07 (onze mil cento e setenta e seis reais e sete centavos).

b) **HOMOLOGO O PREGÃO ELETRÔNICO SRP N. 90003/2024**, com fundamento no art. 71, inciso IV, da Lei n. 14.133/2021, nos exatos contornos do Termo de Julgamento([1160095](#)), deixando de promover a desconsideração da personalidade jurídica da empresa EREFARMA PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI, CNPJ n. 15.439.366/0001-39, ante a ausência de indícios concretos de fraude; e

c) **DETERMINO** a atualização das regras dos editais de licitação e dos avisos de dispensa eletrônica deste Tribunal com as novas disposições do art. 14 da Lei n. 14.133/2021 acerca do impedimento indireto, em atenção ao disposto no item 10, V, do Parecer Jurídico n. 95/2024 ([1160394](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Compras.gov.br, à **ASLIC** para juntada do extrato de sua homologação e publicação do resultado do pregão eletrônico nos sítios eletrônicos oficiais e anexar o comprovante aos autos.

À **SAMES** para manifestação sobre a contratação direta dos itens desertos, com base no art. 75, inciso I, "a", da Lei n. 14.133/2021, devendo ser observado o procedimento previsto no item 21 do Anexo X da IN TRE-RO n. 04/2023.

Por fim, devolvam-se à SAOFC para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO, Diretor(a) Geral - Em Substituição**, em 27/05/2024, às 17:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1162907** e o código CRC **60F7E506**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos